

OPINIÃO

Os artigos assinados publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opiniao@grupoatard.com.br. Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

Levi Vasconcelos



TEMPO PRESENTE
tempopresente@grupoatard.com.br

Prefeitos agora tentam curar a ressaca da seca

Com a maioria dos municípios de cuja na mão ainda cambaleando pelos estragos da seca, a pior dos últimos 100 anos, o programa Garantia Safra, lançado ontem por Rui Costa, na UPB, para ajudar a bancar metade dos prejuízos de pequenos produtores, caiu bem entre os prefeitos. Veja:

FÁTIMA — O município produz feijão, milho, mandioca e também tem a pecuária. O prefeito Manoel Messias, o Sorria (PP), diz que as perdas foram de 85%:

— Nós já tínhamos o nosso plano municipal de socorro aos produtores. Na seca já desembolsamos R\$ 250 mil. Esse do governo ajuda muito. É um bom complemento.

CÍCERO DANTAS — Também produtor de feijão e milho, além da pecuária, o prefeito Ricardo Almeida, o Dr. Ricardo, diz que a seca foi devastadora na economia local:

— Calculamos aí uma perda de mais de R\$ 5 milhões. Teve produtor que tomou empréstimo em 2013 para bancar os estragos da seca, nem acabou de pagar, já veio essa.

ITARANTIM — Forte na pecuária, o município também pagou caro com a seca. O prefeito Paulo Vieira (DEM) diz que o Garantia Safra caiu muito bem:

— Aqui não se trata de política e sim de política pública. É muito boa essa interação entre municípios e o estado.

BOBÓ TREINADOR — Rui Costa deu de cara com Bobó (PCdoB), ex-craque do Bahia, hoje deputado estadual, ontem na UPB:

— Soube que você está pensando em se afastar das atividades legislativas para ser técnico do Bahia.

Bobó balançou a cabeça, Rui completou: — Ah... Porque também soube que o maior torcedor tricolor, que está torcendo muito para ver este bem ao dubê, é seu suplente... Gargalhada na plateia.

“Eu jamais reconsideraria uma deliberação de um colega. E não reconsiderando, eu traria o colegiado”

MARCO AURELIO DE MELO, acompanhando a decisão do ministro Edson Fachin de submeter o pedido de prisão do senador Aécio Neves ao plenário do STF, feito pelo procurador Rodrigo Janot.

“Achei essa uma forma interessante, delegar à população a decisão final sobre o assunto”

JACQUES ILLICIO, prefeito do DEM de São Bento, na Paraíba, ao explicar por que abriu envelope para a população escolher entre a festa de São João ou uma ambulância.

Uneb, 34 anos

Gestada no segundo governo de ACM e nascida no de João Durval Carneiro, a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) completa hoje 34 anos fazendo a diferença no cenário acadêmico brasileiro: é a maior instituição multicampi do Nordeste, Norte e Centro-Oeste do país, com 29 campi espalhados por 32 municípios. O reitor José Bites diz que a Uneb é um patrimônio educacional baiano:

— Hoje é sobretudo dia de agradecer.

Mudando de time

Em paz com o PDT, depois de ter quase rompido com o presidente, o deputado Félix Mendonça Filho, porque decidiu apoiar Marcelo Nilo na eleição para a presidência da Assembleia, o deputado Sargento Isidório está arrumando as malas. Fala-se que ele está indo para o Avante, o antigo PTdoB.

Tombamento no CAB

A Fundação Gregório de Mattos vai iniciar os estudos para cumprir a decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, entidade que congrega representantes de todos os segmentos (Secuit, Iphan, Ufba, Uneb e OAB), que pretende tombor o conjunto arquitetônico do Centro Administrativo da Bahia (CAB) e da Igreja da Ascensão do Senhor, na Terceira Avenida.

Segundo a arquiteta Milena Tavares, da fundação, se consumado, o tombamento quer dizer que a estrutura arquitetônica deve ser mantida. Ela diz que os estudos, incluindo a poligonal do tombamento, devem durar em torno de 18 meses.

POUCAS & BOAS

● **Alunos do Colégio Estadual Rômulo Almeida, no Imbuí, vão ter uma aula diferenciada amanhã. Vão aprender como gerar energia solar, iniciativa do projeto Sinergia Solar, tocado pelo professor Gustavo Muñoz, da Universidade de Salvador. Estará lá João Raphael Gomes, jovem capacitado na instalação de painéis fotovoltaicos pelo Greenpeace.**

● **Santo Antônio, o santo casamenteiro, vai ser lembrado em Salvador com extensa programação até o dia 13, o dia da festa. Na Paróquia Santo Antônio Além do Carmo as trezenas começam hoje (20h). Também na Paróquia de Santo Antônio, na Fazenda Coutos (19h). E na Igreja de Santo Antônio, na Ladeira da Barra (19h). Irmã Dulce era devota dele e lá também haverá festa.**

● **Dinho do Acordeon vai animar domingo um arrasta-pé (a partir das 7h20) no café da manhã beneficente que a Cidade da Luz, casa espírita comandada pelo médium José Medrado, realizará para arrecadar fundos. O ingresso custa R\$ 15.**

COLABOROU: JOYCE DE SOUSA



FESTA EM BOIPEBA | Boipeba, a aprazível ilha do arquipélago de Cairu, se enche de turistas na alta estação, mas também tem alegria na baixa: até domingo a comunidade local faz a Festa do Divino, um relicário das nossas mais tradicionais manifestações culturais

Diretas já: é possível?

Georges Humbert

Advogado, professor titular da Unijorge, pós-doutor em direito pela Universidade de Coimbra - Portugal, doutor e mestre em direito pela PUC-SP
georges@humbert.com.br

A possibilidade de convocação de eleições diretas assume destaque, a partir da possibilidade de queda de Temer, via ação criminal no STF, cassação da chapa com Dilma pelo TSE ou por um processo de impeachment. A despeito de se reconhecer a legitimidade da soberania popular pela via do voto, resta saber: pode-se convocar “diretas já”?

É importante ressaltar que democracia e estado de direito caminham de mãos dadas. Significa dizer que não há exercício da soberania popular apenas e tão somente quando da vontade da maioria é respeitada, mas se a própria maioria segue as regras dispostas em lei. O contrário disso é estado de insegurança jurídica e arbitrariedade.

No estado democrático de direito, respeitar as regras vigentes é pressuposto essencial

Assim, a Constituição Federal (CF), lei maior do país, em seu art. 16, determina que a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando a eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência. Trata-se do princípio da anualidade que impede que qualquer lei — incluída a própria CF — que mude a regra do jogo eleitoral somente poderá ser aplicada para o próximo pleito — e não no meio do jogo, por dever de estabilidade das relações, a fim de evitar incertezas e abusos.

Ademais, ainda sob o manto da paz social, razão de ser do próprio estado de direito, e da segurança jurídica, direito fundamental do art. 5 da CF, o mandato de 2014 até 2018 e sua linha sucessória, incluída a eleição indireta em caso de vacância do

cargo de presidente e vice após 2016, é protegido pelo ato jurídico perfeito, garantia fundamental. Tais normas são invioláveis até por Projeto de Emenda à Constituição (PEC). Nem a vontade da maioria da população, nem a PEC podem tudo. Do contrário, todos os mandatos estariam suscetíveis ao encerramento antecipado, com instabilidade política, econômica e social. Não haveria mais certeza quando, como e quem exerce mandato.

A CF protege o povo dele mesmo e seus clamores. Eleições diretas e mudança na linha sucessória, só em 2018. Outra solução pode parecer melhor, mas é inconstitucional e antidemocrática. No estado democrático de direito, respeitar as regras vigentes é pressuposto essencial.

ESPAÇO DO LEITOR

opiniao@grupoatard.com.br

Medico para sempre

Poucos profissionais se dedicam de corpo e alma ao exercício da profissão. Dr. Eraldo Moura Costa foi um deles. Dedicado, compreensivo, disponível sempre com uma humildade digna de pessoas boas e generosas. Uma vida voltada para fazer o bem. Como beneficiária da Promedica posso atestar a sua dedicação, atenção e muitas vezes o interesse em solucionar as pendências dos planos. Recentemente atuou agilizando uma cirurgia de um parente próximo a ser realizada no Hospital Jorge Valente. Não tenho como agradecer todos esses anos de atendimento. Mas ele sabia da minha gratidão. Digo brincando que ele foi meu anjo da guarda. Será lembrado para sempre. **CRISTINA VENTURA, TI-NA_VENTURA2005@YAHOO.COM.BR**

Escola sem Partido - 1

Concordo plenamente com a opinião da professora Isadora Brown (A TARDE, 31/5), sobre o projeto Escola sem Partido, em tramitação na Câmara de Vereadores de Salvador e que defende uma “educação neutra” e um “código de ética” do professor. Diz a leitora: o autor do projeto não é um professor capacitado, que estudou pedagogia, didática... mas um advogado, que pode estar preparado para atuar em outras esferas (sic)”. E continua: “Não existe neutralidade, pois somos seres culturais e influenciados e somos influenciados”. Também fui professor de filosofia e sociologia e, em 1968, quando foi editado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), durante a ditadura militar, entre

outras coisas se proibiu o ensino daquelas disciplinas porque “os professores estavam fazendo a cabeça dos alunos”. Paradoxalmente, nesse mesmo ano prestei concurso para o Colégio Militar do Exército, onde permaneci até 1973. **CARLOS NEVILLE, CARLOSNEVILLE@GMAIL.COM**

Escola sem Partido - 2

Quero parabenizar Isadora Browne sobre sua opinião em A TARDE de ontem sobre a visita do filho do deputado Jair Bolsonaro à Câmara Municipal para debater o projeto de seu pai, Escola sem partido. A princípio o título é apelativo, apoiado em premissas falsas e pode arrebatar muitos bois aos incautos. Sou professora também, e a ideia de “escola neutra” e da transmissão “objetiva” de conhecimentos, somente de conteúdos disciplinares, com certeza nos fará

Ensinar os alunos a pensar, refletir, opinar, questionar, e claro que alguns podem seguir o nosso exemplo, nossas ideias. Quem nunca foi influenciado por um bom professor?

cair naquele risco já conhecido de criação de gêneros estudantis, cheios de conteúdos e teorias, porém sem empatias, éticas ou qualquer aspecto moral ou vivências do cotidiano. A tão discutida educação emocional que faltará a esses estudantes, onde entraria? Ensinamos os alunos a pensar, refletir, opinar, questionar, e claro que alguns podem seguir o nosso exemplo, nossas ideias. Quem nunca foi influenciado por um bom professor? E muitas vezes também o próprio aluno torna-se nosso mestre. Quem ensina sabe o quanto aprendemos com eles, também. Mas daí a evitarmos outros aspectos do ensino e vermos nossos direitos de cidadãos, professores e alunos, cerceados por uma alucinação de um deputado é outra coisa... Esse projeto deve ser combatido com unhas e dentes, pois, como bem diz Isadora, entulhar os estudantes somente de conteúdos só pode ser mesmo uma ideia de quem não é e nunca foi professor. Vamos dar um basta nesses seminários e evitar que tal insano projeto seja aprovado. A Câmara deve ter mais o que fazer. **DILU MACHADO, DILUMACHADO@HOTMAIL.COM**

Negou a presunção de inocência

Todos sabemos que é uma prerrogativa constitucional o cidadão gozar da presunção da inocência, pois bem, no episódio que envolveu o desembargador Mário Alberto Hirs, essa prerrogativa lhe foi negada. Como disse o magistrado na época, a intenção era de enxovalhar o seu nome. Eu, por conhecer bem o mesmo, disse, nesse mes-

mo espaço, que o que estavam fazendo com Dr. Mário era um absurdo e apostei tudo em sua inocência. De logo agradeço a este jornal a oportunidade de ser noticiada a solução do correto profissional, espero que outros veículos de comunicação façam o mesmo, para que todos tomem conhecimento de que a justiça foi feita. De igual modo a Dra. Telma foi vítima do absurdo equívoco e, também, foi absolvida. **IVALDO DA HORA FERREIRA, E.HORA@SUPERIG.COM.BR**

Quando falta o homem

Quando falta autoridade em certos homens, talvez por cumplicidade de ação, entra a mulher e faz a diferença. Foi o que aconteceu agora com a digníssima Dra. Grace Mendonça, advogada-geral da União, que entrou com uma ação de reparação de danos, pelo prejuízo de aproximadamente R\$ 1,5 milhão, causado ao patrimônio público durante protestos contra o governo, no último dia 24, em Brasília. Que essa ação não se limite apenas aos prejuízos causados ao Ministério da Agricultura, e se estenda aos demais afetados. Que esse exemplo sirva para os governantes Brasil afora, já que é comum, em qualquer manifestação ou protesto, além de danificar o patrimônio público/privado inclusive com incêndios a transportes/coletivos, não aparecer uma autoridade para exercer as cobranças de responsabilidade. **ELOISIO CAMILO, ELOISIOCAMILO@OUTLOOK.COM**